



Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas¹

Jorge Kanehide Ijuim²

RESUMO

O presente trabalho visa contribuir com a reflexão sobre o que humaniza e o que desumaniza o jornalismo. Para este intento, apresento um panorama sobre algumas correntes humanistas, desde o Humanismo Clássico, a partir do século XV, até o Humanismo Universalista, amadurecido na segunda metade do século XX. Deste panorama extraio os aspectos que considero fundamentais para a caracterização do meu entendimento de humanização do jornalismo. De outro lado, foi necessário identificar alguns aspectos do pensamento moderno que operaram na construção do jornalismo contemporâneo. Ao considerar esta noção como uma postura diante do mundo e uma abordagem no fazer jornalístico, apresento, à luz desta perspectiva universalista, uma alternativa que pode colaborar para compreensão do jornalismo e, por conseguinte, sobre a atuação do jornalista.

PALAVRAS-CHAVE:

Fundamentos do Jornalismo, Jornalismo humanizado, Narrativas jornalísticas, Humanismo.

1. Jornalismo humanizado: uma redundância?

O título deste trabalho pressupõe a possibilidade de existir um jornalismo humanizado e um desumanizado. Por isso mesmo, já exige uma primeira discussão: Existe um Jornalismo humanizado? E há um jornalismo que desumaniza?

Se o fazer jornalístico é um ato de comunicação, temos que a comunicação é uma questão essencialmente social. Como esclarece Colin Cherry, o homem desenvolveu diferentes sistemas que lhe tornam possível a vida social. Não para simplesmente atender às suas necessidades de preservação e sobrevivência, mas num sentido desconhecido dos animais. “Entre todos esses sistemas de comunicação, o mais importante, decerto, a fala e a linguagem humanas” (Cherry, 1971, p23).

Em seus estudos sobre pensamento e linguagem, L.S. Vygotsky ratifica a existência desta exclusiva capacidade humana. O pensamento e a palavra não são ligados por um elo primário, pois os animais, mesmo os antropóides, em que a fala é

¹ Trabalho apresentado ao DT1 – GP Teorias do Jornalismo no XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife, 2011.

² Professor de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina; email: ijuim@cce.ufsc.br



foneticamente semelhante à humana, e cujo intelecto se assemelha ao do homem, a fala e o pensamento não são inter-relacionados. Para o autor,

O significado das palavras é um fenômeno de pensamento apenas na medida em que o pensamento ganha corpo por meio da fala, e só é um fenômeno da fala na medida em que esta é ligada ao pensamento, sendo iluminada por ele. É um fenômeno do pensamento verbal, ou da fala significativa – uma união da palavra e do pensamento (Vygotsky, 1991, p.104).

No mesmo raciocínio, Cherry acrescenta que o desenvolvimento da linguagem se reflete de volta no pensamento, pois com a linguagem os pensamentos podem se organizar e novos pensamentos surgir. Assim,

A consciência de si próprio e o sentido de responsabilidade social apareceram como resultado de pensamentos organizados. Sistemas de ética e de leis foram edificados. O homem se tornou uma criatura social, consciente de si própria, responsável (1971, p23).

Por esta linha de argumentação, comunicar de maneira complexa é atributo da inteligência peculiar ao ser humano. Esta comunicação, do latim *communicare*, ganha o significado de partilhar, compartilhar idéias, pensamentos, informações. E o jornalismo, como um ato de comunicação, surgiu exatamente por esta capacidade dos humanos de criar sistemas que lhes permitam compartilhar informações, pensamentos e idéias. Portanto, sim, o ato de comunicação e, por consequência, o fazer jornalismo, é uma ação humana. Cabe, no entanto, o questionamento: – O jornalismo já surgiu humanista, ou humanizador?

Os primeiros jornais periódicos com as características essenciais que conhecemos hoje – atualidade, periodicidade, universalidade e difusão – surgiram no século XVII, em princípio na Alemanha, depois se espalharam por toda a Europa e Estados Unidos. Como meio à disposição da burguesia, então crescente, prevaleciam como fator de acumulação de capital mercantil, como destaca Lage:

...uma região em seca, sob catástrofe, indica que certa produção não entrará no mercado e uma área extra de consumo se abrirá, na construção; uma guerra significa que reis precisarão de armas e de dinheiro; uma expedição a continentes remotos pode representar a possibilidade de mais pilhagens, da descoberta de novos produtos ou de terras próprias para a expansão de culturas lucrativas, como a cana-de-açúcar e o algodão (Lage, 1985, p10-11).

Mas o jornalismo moderno construiu suas bases quando esta mesma burguesia quis lutar em outras frentes e avançar sobre os palácios. As sociedades sentiram a necessidade de circulação de notícias que superassem seu caráter utilitário imediato.



Mais que isso, além de publicar notícias os jornais passaram a ser espaço privilegiado para disseminar idéias. Tais esforços impulsionaram movimentos como a Revolução Francesa, que desencadeou mudanças profundas no quadro político por toda a Europa; como colaboraram para alterações fundamentais no sistema econômico, marcadas essencialmente com a Revolução Industrial.

A ascensão da burguesia não foi decorrência do simples progresso material. O movimento Humanista (Renascimento para o campo das Artes), a partir do século XV, preparou o caminho para o que se conhece hoje como a Era Antropocêntrica. O “penso, logo, existo” (*cogito ergo sum*), de Descartes (1589-1610), iniciava a caminhada na busca da autonomia do homem. A dignificação humana e a autonomia do homem se contrapunham ao fatalismo medieval da Escolástica Tomista, uma filosofia que conjugava razão e fé. Na mesma trilha, os princípios iluministas, entre eles os de “liberdade, igualdade e fraternidade” – bandeira da Revolução Francesa – foram inspiração para o pensamento moderno, tanto de bem-estar através do crescimento econômico, como de socialização de saberes, elevação do nível de alfabetização, de igualdade social.

Os jornalistas pioneiros e a imprensa, ainda que artesanal, tiveram papel determinante nesse processo de compartilhar informações e, em especial, o pensamento moderno. Foi o jornal alemão *Berlinische Monatsschrift* que publicou, em dezembro de 1784, a resposta de Immanuel Kant à pergunta: “*Was ist Aufklärung?*” – O que é o Esclarecimento?

Por uma conjugação de fatores, entre eles as facilidades propiciadas pelo desenvolvimento tecnológico (Revolução Industrial), pelo crescimento econômico e o aumento da população alfabetizada, que a imprensa sedimentou suas bases como empresa capitalista, no século XIX. De atividade artesanal desenvolvida por intelectuais, tipógrafos idealistas e pessoas imbuídas de espírito ou de intenções ideológicos, passou a constituir organizações profissionalizadas, mantidas e movidas pelos interesses comerciais.

A Imprensa enquanto instituição ingressa no século XX com heranças valiosas e fundamentais do pensamento moderno. Estas lhe permitiram continuar a cumprir seu papel de modo a adquirir credibilidade, ser elemento da cultura essencial para a condução e tomada de decisões. Na análise de Kovach e Rosenstiel, “a principal



finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (2004, p.31). O espírito destas considerações decorre das heranças da modernidade aqui referidas, entre elas o preceito da busca da verdade, em contraposição à propaganda de instituições ou de personalidades. Para Fraser Bond, os deveres do jornalismo estão calcados nas noções de independência, imparcialidade, exatidão, honestidade, decência e responsabilidade (1962, p.17-19). Estes, igualmente, são legados caros do pensamento moderno que colaboraram para a legitimização da atuação da imprensa.

Por essas razões, parece ser irrefutável afirmar que o jornalismo é desenvolvido graças à exclusiva capacidade humana de criar sistemas de comunicação. Da mesma forma, parece indiscutível que o jornalismo, como um desses sistemas desenvolvidos pelo homem, visa o seu próprio benefício. E o jornalismo, como foi sistematizado, sobretudo a partir da modernidade, incorpora os influxos humanizadores desse pensamento moderno, o que lhe proporciona a oportunidade de operar no processo de humanização da sociedade. Mais, uma vez, vale a complexificação do questionamento inicial: – Todos os preceitos da Modernidade repercutiram de maneira humanizada na sociedade? E, por isso mesmo, todo jornalismo é humanista, ou humanizador?

2. Que humanização?

Para explicitar de forma mais clara de que humanismo estamos tratando, parece conveniente apresentar uma breve reflexão em torno do tema. Pretendo chegar ao chamado Novo Humanismo, ou Humanismo Universalista como também é conhecido, amadurecido ao longo do século XX e início deste milênio. Este acumula a experiência, notadamente do mundo ocidental ao longo da história, critica-a e procura suplantar suas imperfeições. Esta trajetória é interpretada por Salvatore Puledda, em *Interpretazioni dell'Umanesimo* (título original de 1999), do qual extraio algumas idéias principais:

O Humanismo Clássico, nos séculos XV e XVI, foi um esforço para relativizar o teocentrismo medieval em busca de uma nova visão do homem no mundo. Entre os intelectuais, passou a prevalecer a perspectiva antropocêntrica, com o homem como o centro das indagações e preocupações. Este voto de confiança ao ser humano vislumbrou a retomada dos valores dos antepassados greco-latinos, enaltecendo as obras da Antiguidade Clássica.



O Humanismo Renascentista, no entanto, mais preparou do que representou a ruptura mais aguda ao pensamento medieval. As mudanças mais profundas tomaram corpo em decorrência do progresso científico experimentado nos séculos XVI e XVII, movimento que ficou conhecido como a era da Revolução Científica. Tais eventos interagiram com a evolução do pensamento iluminista. O trabalho de Descartes sobre o particular e o universal foi retomado por Immanuel Kant (1724-1804), no mesmo objetivo de buscar a maioridade, ou seja, autonomia do homem pelo uso da razão. O ‘esclarecimento’ estabeleceu as bases para o desenvolvimento da era Moderna – a humanização da sociedade pela socialização do saber.

Em finais do século XIX, já numa perspectiva contemporânea, o Humanismo Marxista sustenta que o marxismo possui um “rosto humano”, que sua preocupação central é a liberação do homem de toda forma de opressão e de alienação. A preocupação de Karl Marx (1818-1883) era superar o que considerava uma contradição no pensamento moderno: direito do homem e direito do cidadão. Isto é, avaliava esse direito como membro de uma sociedade burguesa, por isso um homem egoísta, separado da comunidade. Esta liberação de forma coletiva seria conquistada pela construção da história – o materialismo histórico.

Uma nova visão teocêntrica foi reelaborada na primeira metade do século XX. Como o próprio nome supõe, baseia-se na doutrina cristã e retoma a concepção de homem clássica de Aristóteles – dotado de razão, cuja suprema dignidade consiste na inteligência –, acrescentando sua soberana liberdade e sua maior virtude consiste em obedecer voluntariamente à lei de Deus. Com o cuidado de não repetir os erros do passado, o propósito é construir uma “nova cristandade” visando reconduzir a sociedade profana aos valores e ao espírito do Evangelho.

A filosofia de crise (ou em momento de crise) foi disseminada a partir de Jean-Paul Sartre (1905-1980). Ao alegar a insuficiência das concepções anteriores – em meio a duas guerras mundiais – Sartre defendeu o Existencialismo como uma forma de humanismo. Considera o homem como um projeto em permanente devir, responsável pela soma de seus atos; que vive subjetivamente, mas que supera a si próprio, na perseguição incessante de fins transcendentais. Pela tese da solidariedade universal, há consciência dos limites de sua situação no mundo, mas, ao se escolher, o homem escolhe a própria humanidade.



Uma perspectiva universalista evolui nos finais do século XX, para a qual Puledda exalta as reflexões do argentino Mario Luis Rodríguez Cobos, mais conhecido como *Silo*. Ao reconhecer as conquistas das visões anteriores, mas também as criticando, parte de alguns pressupostos:

Um mundo humano em que tudo que é produzido está "carregado" de sentido, de intenção, de porquês. Essa intenção é atribuída, em última instância, para superar a dor e o sofrimento. Com sua característica ampliação do horizonte temporal, o ser humano pode produzir diferentes respostas, escolher e planejar suas situações futuras. E é esta liberdade que lhe permite negar a si mesmo, negar aspectos de seu corpo, completamente negá-lo como um suicídio, ou negar outros. Esta liberdade tem permitido que alguns seres humanos se apropriem ilegitimamente do todo social. Ou seja, para negar a liberdade e intencionalidade a outros seres humanos, reduzindo-as a próteses, os instrumentos de suas próprias intenções. Ali está a essência da discriminação, sendo sua metodologia a violência física, econômica, racial e religiosa [*em tradução livre*] (Puledda, 1999).

Para superar a dor e o sofrimento, em particular suas causas, vislumbra-se uma *atitude humanista* que respeite e considere posições humanistas de diferentes culturas, como: ter o ser humano como o centro das preocupações; afirmação da igualdade de todos os seres humanos; reconhecimento da diversidade pessoal e cultural; tendência a desenvolver o conhecimento além do que é aceito como verdade absoluta; afirmação da liberdade de idéias e crenças; e repúdio à violência. Por isso mesmo, *Silo* levanta as seguintes teses:

Os humanistas são mulheres e homens deste século, desta época. Reconhecem os antecedentes do humanismo histórico e se inspiram nos aportes das distintas culturas, não somente daquelas que ocupam um lugar central neste momento. Também são homens e mulheres que reconhecem deixar para trás este século e este milênio, e se projetam para um novo mundo.

Os humanistas sentem que sua história é muito longa e que seu futuro é ainda mais extenso. Pensam no futuro, lutando para superar a crise geral do presente. São otimistas, acreditam na liberdade e no progresso social.

Os humanistas são internacionalistas, aspiram a uma nação humana universal. Compreendem globalmente o mundo em que vivem e atuam em seu ambiente imediato. Não desejam um mundo uniforme, mas múltiplo: múltiplo em etnias, línguas e costumes; múltiplo nas localidades, nas regiões e nas autonomias; múltiplo nas idéias e nas aspirações; múltiplo em crenças, o ateísmo e a religiosidade; múltiplo no trabalho, múltiplo na criatividade.

Os humanistas não querem amos; não querem dirigentes ou chefes, nem se sentem representantes nem chefes de nada. Os humanistas não querem um Estado centralizado, nem um *paraestado*. Os humanistas



não querem exércitos policiais, nem grupos armados que os substituam.

Mas entre as aspirações humanistas e as realidades do mundo de hoje, foi construído um muro. Agora, então, é o momento para derrubá-lo. Isto requer a união de todos os humanistas do mundo.

Após este breve panorama sobre a trajetória histórica do humanismo, baseado nas interpretações de Puledda, e da apresentação dos pressupostos deste Novo Humanismo preconizado e defendido por *Silo*, podemos chegar a alguns pontos nevrálgicos que sinalizam o que humaniza e, especialmente, o que desumaniza as relações humanas.

O Humanismo Universalista apresenta como princípio superar a dor e o sofrimento. Em seus pressupostos, coloca-se como “homens e mulheres deste século”, enaltecendo desde já que a igualdade começa pela questão de gênero. Ao se dispor a deixar este século e projetar o futuro, denota-se a determinação de relevar o mal-estar e as angústias passadas e olhar de forma otimista e pacífica para um novo tempo. A visão internacionalista não aspira um mundo uniforme, mas que se reconheça e se respeite as diferenças. Se o desejo é um mundo igualitário, as relações de poder – de qualquer tipo – devem ser repensadas, pois estas levantam muros. Daqui podemos extrair, então, alguns vícios [*aquilo que avilta e desumaniza*] desenvolvidos pela sociedade e ainda não foram superados coletivamente: crença nas verdades absolutas; sede de poder; intolerância; recusa e a ignorância pela cultura do outro; desrespeito ao diferente e às diferenças.

3. Análise

O que desumaniza no jornalismo?

A partir da identificação destes pontos nevrálgicos, cabe uma reflexão sobre o que desumaniza o jornalismo. Em outros termos, o que desumaniza a relação entre os órgãos de imprensa (e seus jornalistas) e a sociedade. Porque as relações de um meio de comunicação são complexas; não se restringem a contatos veículo-audiência, mas atua junto às fontes, às famílias e amigos dessas fontes, a círculos e grupos inimagináveis que não necessariamente a suposta audiência. Para tanto, vamos discutir alguns casos sintomáticos:

Essa “raça menor”

“*Made in Paraguai*” é o título da reportagem publicada por *Veja* em março de 2007. Seu subtítulo complementa: *A Funai tenta demarcar área de Santa Catarina para índios paraguaios, enquanto os do Brasil morrem de fome*. A matéria acusa uma suposta demarcação de Terra Indígena (TI) fraudulenta no Morro dos Cavalos, no município de Palhoça, Santa Catarina. Através de uma apuração, no mínimo, descuidada, o repórter cometeu inúmeros equívocos de toda ordem em sua pretensa contextualização. Todos eles foram derrubados posteriormente pelo Ministério Público. Os bastidores desta reportagem dão conta que o jornalista ouviu prioritariamente o principal “denunciante” (nem citado na matéria) Walter Alberto Sá Bensousan, que já vinha contando com o apoio de um jornal local para disseminar a versão de que aqueles índios “invasores” seriam “do Paraguai”. Ao consultar e dar voz a quem lhe interessava, o representante de *Veja* aproveitou para fazer “cabelo e barba”.

A começar pelo título, que não corresponde aos fatos, “made in Paraguai” denota um primeiro estigma: tudo e todos daquele país são falsificados. Vale lembrar que o país vizinho não falsifica nada, mas dispõe de uma zona franca em que são vendidos produtos importados, entre eles alguns falsificados na Coreia, na China. Vários relatórios científicos, nas áreas da sociologia, da história e da antropologia publicados em Santa Catarina contestam esta hipótese. Num texto cheio de ironia, certezas arrogantes - refere-se aos índios como *hermanos* (em itálico propositalmente) -, o repórter atribui à Funai a alcunha de “indústria de reservas”. O trecho é lapidar:

| |
|---|
| Nos últimos vinte anos, a Funai se converteu numa indústria de reservas. O número de áreas demarcadas saltou de 210 para 611. As aberrações na delimitação de terras para índios são corriqueiras. ³ |
|---|

Além de desqualificar os estudos técnicos daquela fundação, o jornalista desconsidera a razão do aumento do número de áreas demarcadas. A constituição de 1988 determinou prazo para a realização de tais demarcações, prazo que já está atrasado por vários motivos, entre eles a resistência de pessoas e grupos empresariais. Por fim, o repórter reafirma o discurso que contesta as “grandes extensões dessas áreas demarcadas para abrigar tão poucos”.

³ Os trechos de reportagens estão em outra fonte para diferenciar das citações bibliográficas.



Na versão on-line da reportagem, um hiperlink chama a atenção: ANTROPOWATCH. Ao abrir a página, o leitor depara-se com o subtítulo “pela libertação do índio – refém da antropologia perversa”. Este seria um relatório, supostamente respaldados por antropólogos “sérios”, que elucidam as virtuais falcatruas de ONGs e antropólogos fraudadores.

Este discurso sobre a relação extensão de terras e poucos índios, por sinal, tem sido muito usual nos últimos anos. Os conflitos na reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, por exemplo, têm sido alimentados por este sermão. Em reportagem sobre os “riscos de segurança nacional e de internacionalização da Amazônia”, a revista *Istoé*, de maio de 2008, também marcou posição sobre o assunto. Numa matéria correlata intitulada “Muita terra para pouco índio”, o repórter aponta números com a precisão cartesiana:

A extensão das terras dos índios em Roraima é superior à área de um país como Portugal, de 92 mil quilômetros quadrados. Um símbolo maior da distorção na política de demarcação é a reserva Raposa Serra do Sol, que se estende por 17 mil quilômetros quadrados e abriga apenas 18 mil índios, a maioria da etnia macuxi.

Para justificar e reforçar a tese da “entrega da Amazônia aos índios e a ONGs estrangeiras”, a equipe de reportagem trouxe o depoimento de militares de alta patente (apelo ao discurso da autoridade):

Em recente palestra no Clube Militar, no Rio de Janeiro, o comandante militar da Amazônia, general-de-exército Augusto Heleno Pereira, mesmo sob o risco de ser punido por indisciplina, denunciou os disparates que acontecem na região. “A política indigenista está dissociada da história brasileira e tem de ser revista urgentemente”, afirmou o general Heleno. O general-de-brigada Antônio Mourão, comandante da 2ª Brigada de Infantaria da Selva, apóia integralmente seu colega de farda. “A demarcação contínua coloca a soberania em risco. Daqui a pouco, os índios vão declarar a independência de seus territórios”, adverte Mourão.

Além de incorporar a linguagem e a postura da “segurança nacional” e do progresso material, é interessante notar que o repórter e o veículo para o qual trabalha desconsideram a cultura indígena, a história do país. Por ignorância ou por não aceitá-la.

As duas reportagens aqui tratadas revelam inúmeros equívocos, imprecisões... por uma apuração mal feita? Apressada? A rigor, o problema está antes do trabalho de apuração, mas na concepção da pauta. A pauta já estava imbuída de propósitos, convicções, certezas, crenças com raízes profundas. Por um lado, reflete a má interpretação dos princípios darwinistas (seleção natural) pela qual o povo indígena



seria uma “raça menor”, de hábitos primitivos, menor capacidade intelectual e, portanto, não deve ter direito de viver a sua cultura. De outro, esta “raça menor” não deve interferir no bem estar da “raça superior”. A carga de preconceitos e o reforço de estereótipos, entre outras mazelas, são insistentemente inculcados na audiência de modo a intensificar a intolerância e o desrespeito ao diferente. O que é preocupante. Em breve levantamento, em curto período de tempo, na própria revista *Istoé*, nota-se o quanto a publicação quer fazer o leitor acreditar que “o índio é um transtorno”:

Índios invadem sede da Funai contra extinção de postos
POLÍTICA | 12/01/2010
Índios invadem sede da Funai em Curitiba
POLÍTICA | 12/01/2010
No Paraná, índios ameaçam atear fogo em torres
POLÍTICA | 14/01/2010
Grupo de índios invade sede da Funai em Manaus
POLÍTICA | 08/02/2010
Índios bloqueiam ferrovia da Vale no Maranhão
POLÍTICA | 22/02/2010
Índios mantêm funcionários da Funai reféns no MS
POLÍTICA | 24/03/2010
Disputa entre índios por terra deixa oito feridos no RS
GERAL | 26/03/2010
Índios resistem a ordem para desocupar fazenda em MS
POLÍTICA | 08/04/2010
Índios bloqueiam rodovia no Espírito Santo
GERAL | 08/05/2010
Índios interditam balsa que liga Brasil ao Paraguai
POLÍTICA | 21/06/2010
Índios são presos no RS acusados de roubar banco
GERAL | 04/06/2010
Índios ocupam sede da Funai em Passo Fundo-RS
POLÍTICA | 07/07/2010
Índios abandonam diálogo com governo sobre Belo Monte
POLÍTICA | 13/08/2010
Índios fazem cem reféns em obras de hidrelétrica no MT
ECONOMIA | 25/07/2010

Este volume de matérias nesse tom, num espaço de apenas seis meses, pode contribuir de maneira significativa para a construção de uma visão extremamente negativa no imaginário popular – em pleno terceiro milênio.

Esses vagabundos

Uma sequência de reportagens do *Diário Catarinense* e do *Clicrbs*⁴, traz uma pequena amostra do posicionamento do grupo de mídia em torno do recente movimento dos professores estaduais de Santa Catarina. A decisão do STF em estabelecer um piso

⁴ Portal de notícias do grupo RBS, o qual o *Diário Catarinense* faz parte.



salarial para a categoria provocou debates, embates e greves em todo o país. O governo de SC, após ter seu recurso recusado naquele tribunal, iniciou uma conturbada negociação. Entre as propostas, o achatamento do plano de carreira, a diminuição de vários benefícios – alguns contrariando leis estaduais. Estes foram os motivos do movimento e a paralisação do professorado.

A cobertura do DC, além de contextualizar de forma insuficiente e imprecisa, assumiu uma postura pouco sutil no questionamento à categoria. Alguns trechos são sintomáticos:

Educação | 07/04/2011

Piso nacional de professores terá impacto de R\$ 1,8 bilhão
Cálculo foi divulgado pela Confederação Nacional de Municípios

Diário Catarinense - Educação | 23/05/2011

[...] Na sexta-feira, a greve chegou ao terceiro dia. Segundo informações da secretaria de educação, mais da metade (52,74%) dos 39 mil professores aderiram ao movimento. Já o Sinte divulgou, na sexta-feira, que 95% dos docentes pararam. Cerca de 399.167 alunos dos 700 mil matriculados foram prejudicados.

Diário Catarinense - Educação | 10/05/2011

Governo de SC propõe pagar piso a magistério em desacordo com decisão do STF
Secretaria de Educação quer pagar R\$ 1.187 incluindo gratificação

[...] O aumento da remuneração para os 8.881 vai acarretar em R\$ 15 milhões de despesas a mais por ano.

Enquete:

Como você avalia a atitude dos professores estaduais e a do governo de Santa Catarina na discussão sobre a implementação do piso nacional do magistério?

Nesses poucos exemplos, o jornal destacou números, cifras, sobretudo os valores que podem representar o impacto nas contas do Governo. O esforço é nítido em levar aos leitores a conotação de que o atendimento das reivindicações da categoria (exagerada?) aumenta ainda mais os gastos públicos. Implicitamente: o Governo terá menos recursos para aplicar em outras frentes.

Mostrar estimativas conflitantes de adesão ao movimento, de parte do órgão oficial e a representação da categoria, parece ter a intenção de provocar dúvidas entre os leitores sobre a veracidade das informações dos grevistas e a seriedade dos participantes. Note-se ainda que em várias matérias há ênfase no número de estudantes “prejudicados” pela greve.

A “pérola” desta sequência de reportagens é a enquete do portal noticioso do grupo que pede ao leitor que avalie a atitude dos professores e do governo. Ora, após esta carga de informações – algumas sutis e tantas descaradas –, parece vergonhoso

promover tal enquete. A impressão é clara de que o grupo – deliberadamente ou não – operou no sentido de induzir a população contra o movimento. O grupo de mídia, ao assumir o lugar de um tribunal, já julgou e condenou professores que “prejudicam” milhares de famílias que, pelos impostos, pagam os salários desses professores.

Essa vadia

Em agosto de 2005, o Correio Brazileiro lançou caderno especial intitulado “Filhos da mãe”. O propósito era apresentar um retrato da situação dos filhos de prostitutas no centro-oeste brasileiro. E ficou no propósito. Nas oito páginas do tablóide o que se constata é um infeliz discurso que discrimina, reafirma estereótipos e reforça preconceitos.

Na reportagem “Rua do amor, hotel das delícias - Encontros rápidos no Dergo”, o subtítulo destaca:

O lixo do lixo do mercado do sexo em Goiânia chama-se Dergo. É um bairro comercial que nasceu nos anos 30 durante a construção da cidade e que desde aquela época acolhia boêmios e meretrizes nas mesas do famoso cabaré Trovão Azul. Hoje a fama do bairro é a pior possível. Duzentas mulheres disputam as calçadas imundas do bairro, onde sexo, cachaça e drogas são vendidos a preço de banana.

Desde já, a repórter estigmatiza o local – da pior forma possível. É a lata de lixo de Goiânia e, evidentemente, o seu conteúdo é lixo, a ralé, no antro da perdição. Na abertura da matéria, a jornalista apresenta a personagem central:

Cíntia Nascimento Silva cobra R\$ 15 pelos 110 quilos de gordura espalhados por um corpo flácido e um rosto melancólico. Espreme-se com seus clientes num quartinho de dois metros quadrados na Casa das Delícias. É analfabeta, nascida no interior, faz o que faz para sustentar a filha de nove anos, sua razão de viver.

Por todo o texto, a autora usa e abusa de frases como: “ – ...a rechonchuda Cíntia é o retrato das mulheres dali”; ou “ – ... algumas conclusões fundamentais sobre as raparigas do baixo meretrício”. Estas pérolas não denotam simplesmente um deslize no “politicamente correto” que, por vezes, é reducionista. Mas revelam a naturalidade com que a repórter pouco se importa com a pessoa Cíntia. Para a autora da reportagem, Cíntia – descrita como a obesa analfabeta e triste – é apenas a vadia que vive da prostituição para sustentar a família, vive no pior lugar do mundo, e foi eleita para “retratar” uma mácula da capital goiana.



4. Síntese - Raízes

Reportagens como as de *Veja*, *Istoé*, *Diário Catarinense* e *Correio Brazileinse* aqui analisadas sinalizam não só o pensamento e a linha editorial destes veículos de comunicação. Representam o microcosmo do pensamento da sociedade brasileira. Alberto Dines, desde a década de 1970, já alertava que não existe uma imprensa boa ou ruim, existe uma imprensa que atua num determinado tempo e lugar. Para o autor, a imprensa está instalada numa sociedade, é parte do mesmo bolo social (2009).

Por um lado, pode-se inferir que estes órgãos de imprensa publicam matérias desta forma porque há parcela expressiva da sociedade que pensa desta forma. Não significa, evidentemente, que o todo desta sociedade tenha que concordar com tal comportamento. Por outro ângulo, podemos visualizar que estas empresas jornalísticas ainda carregam, em sua rotina de trabalho, heranças de paradigmas que remontam a própria estruturação da imprensa como instituição.

O mesmo Alberto Dines, ao discorrer sobre algumas habilidades essenciais ao profissional, lembra dos termos *Weltanschauung* e *Weltschmerz*, do alemão concepção de mundo e dores do mundo, respectivamente (2009, p.140). As matérias aqui discutidas anteriormente, em princípio, podem refletir a preocupação destes veículos e de seus jornalistas com as *dores do mundo*. Parece, no entanto, que a *visão de mundo* desta imprensa e de seus repórteres mais causa *dores ao mundo*. Pode-se deduzir, portanto, que o comportamento aqui questionado é uma constatação de que os preceitos humanizadores – seja de qualquer concepção aqui debatida – ainda não foram amadurecidos suficientemente por boa parcela da população e, por consequência, por boa parte da imprensa.

Mal estar das heranças

Como já me expressei em outro momento, a constituição da imprensa como instituição ocorreu no século XIX, quando a sociedade ocidental experimentava um mundo moderno. O crescimento econômico, o progresso científico, a elevação da população alfabetizada favoreceram o surgimento da empresa jornalística, que adotou não só os modos de produção capitalista, mas – e justamente por isso – incorporou o pensamento predominante desse mundo moderno.



As partes e o todo

Os estudos de Descartes sobre o particular e o universal, sem sombra de dúvida, propiciou extraordinário progresso científico. Conhecer minuciosamente a parte para entender o todo (análise e síntese) é um método pertinente para a compreensão de fenômenos em sua necessária profundidade. Para praticar este método, no entanto, pela visão cartesiana, deve-se fragmentar o objeto e, separado do todo, ser estudado. Eis o primeiro risco ao observador desatento: se concentrar de tal forma no particular e, descuidadamente, não considerar o todo. Pior, pode cometer a falácia da generalização apressada – levar ao todo o que é característica exclusiva daquela parte.

Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro, em “A arte de tecer o presente”, de 1973, fizeram a primeira citação na literatura do jornalismo brasileiro sobre a necessidade de contextualização, prática incontestada e incontestável na rotina das redações atuais. Em reflexão mais recente, Medina reafirmou esta preocupação ao ressaltar a falta de abrangência na construção do texto jornalístico (2008). Em seu artigo sobre o tema, a autora mostra situações arriscadas em que o repórter trata de fatos isolados sem as devidas conexões com o todo. Este todo pode ter uma plêiade de significados históricos e culturais que não devem ser desprezados.

As reportagens referenciadas neste trabalho, além dos problemas já apontados, parecem também ser decorrentes dessa visão fragmentada que trata de assuntos isoladamente sem considerar as múltiplas conexões possíveis. Esta visão fragmentada e desconectada não se dá só no texto, mas manifesta-se antes, na concepção de mundo de quem elaborou a pauta e do repórter que fez a leitura dessa pauta.

Autonomia ou individualismo?

O trabalho de Descartes sobre o particular e o universal foi retomado por Kant, no mesmo objetivo de buscar a autonomia do homem. O Esclarecimento, ou a *Aufklärung*, como escreveu,

[...] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento (Kant, 2010).

O uso da razão para alcançar a maioridade, em outros termos, significou “um esboço do que poderia se chamar de atitude de Modernidade”, como escreveu Foucault



(2000). Ou como lembra Rouanet (1987), “no Iluminismo encontramos as bases programáticas da Modernidade”. Para o mesmo autor, no entanto, “Sem dúvida nenhuma, a Ilustração ajudou a preparar a Modernidade, mas não podemos dizer que a Modernidade seja a Ilustração realizada”.

Alberto Moreira, em “O projeto humano na modernidade”, desenvolve uma crítica muito lúcida sobre o assunto. Para o autor, a racionalidade iluminista reflete na Modernidade de várias maneiras e causam algumas distorções questionáveis. Algumas características do homem ocidental parecem ter sido delineadas ali. Do *homo sapiens*, a racionalidade o tornou em *homo faber*, aquele que vale não por sua suposta essência humana, mas pelo que tem ou pelo que pode produzir com seu saber. Se o uso da razão lhe proporciona autonomia, liberdade por uma consciência individual, o estabelecimento de uma sociedade de consumo também o moldou individualista e competitivo. Como decorrência, o uso comum da razão crítica e o esforço pela partilha, socialização, de certa forma realizou-se à avessas, proporcionando uma uniformidade responsável pela extinção das diferenças individuais.

Estas considerações nos permitem compreender como tais características desse pensamento repercutem em reportagens como aquelas aqui mencionadas. O desejo doentio pelo domínio da natureza, a acumulação de bens de uma sociedade de produção e de consumo estabeleceram uma mentalidade em que não há espaço para “índios improdutivos”. Também não deve haver melhores oportunidades para professores que prejudicam as famílias que pagam seus salários. Como também uma “rechonchuda que vive da prostituição” não merece melhor tratamento.

O negativo do positivo

Augusto Comte (1798-1857) teve papel determinante na aplicação da racionalidade no pensamento científico. Para ele, o estado positivo, regime definitivo da razão, tem na observação a única base possível dos conhecimentos acessíveis à verdade, adaptados sensatamente às necessidades (apud Medina, 2008, p.18). Em sua crítica ao positivismo comteano, Cremilda Medina sublinha que esta visão foi transmutada integralmente ao fazer jornalístico. Ela questiona: “...não é esse o princípio que rege a pesquisa empírica – coleta de informações de atualidade ou coleta de dados sobre fenômenos em estudo no laboratório científico (?)”. Ao destacar um trecho de Comte,

“...o verdadeiro espírito positivo consiste, antes de tudo, em ver para prever, em estudar o que é, a fim de concluir disso o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais” (Comte apud Medina, 2008, p.19).



...Cremilda nos alerta para os riscos da incorporação acrítica da racionalidade e do empirismo pelas redações jornalísticas. Se Newton estabeleceu, pela precisão matemática, o funcionamento mecânico da natureza, Comte reforçou a crença da possibilidade das verdades absolutas, pois tudo pode ser mensurado, testado e comprovado pelo experimentalismo. Tudo que é humano pode ser processado empiricamente como imaginava Comte? Para o jornalismo sistematizado a partir do século XIX todos esses princípios foram aplicados e responsáveis pelo diálogo (positivo) com a sociedade.

Por isso mesmo, não é difícil encontrar equipes de reportagem que, ou se apegam à primeira impressão diante do que “observam”, e fazem pré-julgamentos, censuram, julgam e condenam; ou se apegam cegamente a dados e informações de fontes oficiais, de “autoridades” científicas, e também julgam e condenam. Assim, a cultura, a história, o não dito, o não revelado no imediato, são desprezados.

Ainda que todo o percurso humanista tenha exercido contraposições vitais a essa postura, tudo indica que a sociedade (e a imprensa), ainda precisa amadurecer muito para compreender e praticar um humanismo universalista.

Jornalismo humanizado... é possível?

Com o esforço de análise e síntese aqui desenvolvido, pode-se questionar: Afinal, o jornalismo humanizado é possível? Sim, e temos muitas e boas referências nesse sentido. Para ilustrar esta afirmativa, vou apresentar apenas uma delas.

Em “Uma família no governo Lula”, publicado na revista *Época* em dezembro de 2010, Eliane Brum quis mostrar as conquistas da chamada classe C em direção à classe média, em decorrência das políticas econômicas e sociais do governo de Luís Inácio da Lula Silva. Ao longo da matéria, a repórter apontou todos os números e cifras que o assunto exigia, mas foi além. Descreveu as mudanças na vida de uma família, a de Hustene Costa Pereira, durante os oito anos do governo petista.

O comportamento da repórter revela sua preocupação desde a pauta. Não queria ficar exclusivamente nas políticas sociais e nas estatísticas que tais projetos tenham proporcionado. Escolheu uma família que tivesse vivido transformações e que pudessem ser sentidas, desde a situação de desemprego do seu patriarca, Hustene, em 2002, até o estado de maior conforto que a família desfrutava em finais de 2010. O diálogo entre os dados concretos (e já amplamente divulgados pela mídia) e as mudanças visíveis na vida dos Costa Pereira, humanizam o relato. Humanizam não só



porque Eliane eleva a família como à condição de personagem, mas porque não faz julgamentos, respeita a diversidade, não trata com preconceito nem as ações de governo ali tratadas, nem dos personagens que descreveu.

Quem acompanha o trabalho de Eliane Brum percebe sua postura sempre respeitosa diante das fontes e do público. Esta lhe assegura tratar de qualquer tema a que se propõe sem prejulgamentos, sem preconceitos, sem correr qualquer risco de estereotipar ou cair em generalizações apressadas. Seu percurso no jornalismo, desde o jornal Zero Hora, em Porto Alegre, nos anos 1990, passando pela revista Época, transparece suas marcas de visão de mundo – abertura de mente e espírito para compreender a complexidade da vida.

Diante do exposto, num esforço de síntese, parece conveniente expressar o meu entendimento atual sobre o jornalismo humanizado:

O jornalismo humanizado produz narrativas em que *o ser humano é o ponto de partida e de chegada*, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do *ser jornalista*. Em seu trabalho de apuração, *busca versões verdadeiras* e não, necessariamente, *produz a verdade*, pois o repórter não se relaciona com um *objeto* de conhecimento, mas com *outros seres humanos* envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, sua busca envolve a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação – é a expressão dos sentidos da consciência. Na procura da *essência* dos fenômenos, atribui-lhe *significados*, os *sentidos*, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a *compreensão* das ações humanas. Em sua relação com o mundo, o jornalista esvazia-se de preconceitos de modo a captar, ver e enxergar, ouvir e escutar, questionar e sentir. Munido de uma racionalidade criativa e da emoção solidária, assume uma postura de curiosidade e descoberta, de humildade para sentir as *dores do mundo* (Dines), de empatia, de *solidariedade às dores universais* (Medina). Como consequência, sua narrativa será a organização do que está disperso, com as ligações do que está desconexo, rica em contexto que possa esclarecer, proporcionar compreensão. Assim, seu trabalho respeita as diferenças de qualquer natureza e se isenta de prejulgamentos, de preconceitos e estereótipos. Daí, sua narrativa adquire caráter emancipatório, pois, de forma humanizada, seu ato é humanizador.

Considerações finais

Venho dedicando esforços para refletir e compreender o que chamo de jornalismo humanizado há mais dez anos. Ainda que nessa trajetória eu tenha conseguido expressar alguns aspectos que contemplam tal noção, neste presente artigo procuro sistematizar de forma mais apurada meu entendimento sobre esta abordagem. Tenho consciência que esta perspectiva para o jornalismo não é só minha, pois há quantidade expressiva de trabalhos com a mesma preocupação. Para meus estudos, a obra de Cremilda Medina tem sido fundamental nesta caminhada. Um caminho em que ainda há muito a ser percorrido. Este é apenas um passo.



Ao longo deste texto, apresentei argumentos em que acredito fundamentar o jornalismo humanizado. Com o apoio das interpretações de Salvatore Puledda tracei um panorama dos esforços da sociedade ocidental em busca da humanização, para chegar ao Humanismo Universalista bem explanado por *Silo*. O empenho pela superação da dor e do sofrimento revela como as principais fontes deste estado de ser: as questões de autoridade, o desrespeito às diferenças e aos diferentes e, com isso, a origem de estereótipos e preconceitos. Vencer tais posturas é essencial ao estabelecimento desse mundo universalista desejado pelos novos humanistas.

É importante ressaltar que esta visão coaduna-se com outras igualmente interessantes e pertinentes à consecução dos ideais de igualdade e bem estar. Os escritos de Fritjof Capra e de Edgar Morin, por exemplo, têm colaborado expressivamente para a construção de uma teoria da Complexidade. Ao relativizar os paradigmas fundamentados nas certezas, as noções do pensamento complexo pressupõem o funcionamento da natureza de forma sistêmica. Daí, superando o entendimento cartesiano de o todo ser a soma das partes, a teoria da complexidade nos proporciona a consciência da interdependência – de ligação entre as partes, das partes com o todo e do todo com cada uma das partes. Esta noção de interdependência – elaborada a partir dos estudos da física subatômica – identifica-se plenamente com os preceitos do Humanismo Universalista.

Pelo mesmo princípio humanista de respeito às diferenças – de idéias e de crenças, inclusive – cabe destacar reflexões de outras partes do mundo, pois o ocidente não é o centro do mundo. Quero me referir aos trabalhos de Dalai Lama, notadamente em seu “Uma ética para o novo milênio”. Alicerçado no budismo – o saber que lhe permite melhor versar sobre a ética e a moral – o monge argumenta em favor das mesmas aspirações dos novos humanistas – a noção de compaixão dos budistas é a mesma de solidariedade universal. Mais que isso, suas ponderações expressam, pelas bases do budismo, o mesmo princípio de interdependência aqui discutido.

Citar Dalai Lama no mundo acadêmico é um risco, pois buscar apoio em sabedorias pouco conhecidas pode causar estranheza (não científico?). Esta forma de preconceito entre pesquisadores ainda ocorre neste terceiro milênio. E eu não me importo em correr este risco. O fato é que, quem se sentir desafiado – e à vontade para isso –, recomendo a leitura de “Uma ética para o novo milênio” e o ensaio “Ética do



sujeito responsável”, de Edgar Morin. Será possível verificar os mesmos problemas e a mesma discussão, por caminhos diferentes, mas que se entrecruzam.

Uma das principais preocupações deste artigo foi levantar algumas razões que tornam necessária a humanização no jornalismo. Para tanto, precisei identificar o que e em que esse jornalismo é desumanizado. As referências que ilustram tal desumanização revelam os pontos nevrálgicos da sociedade repercutidos no próprio fazer jornalístico.

Ao retomar as finalidades do jornalismo, explicitados por Kovach e Rosenstiel, e os deveres preconizados por Fraser Bond:

– *fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar;*

– *independência, imparcialidade, exatidão, honestidade, decência e responsabilidade;*

...e ao constatar as distorções que as reportagens aqui discutidas apresentam, permitenos colocar o Humanismo Universalista como alternativa concreta para a correção de rumos da atividade jornalística.

Humanizar o jornalismo é possível. Mas, para isso, a superação destas questões não depende de atitudes de uma parte ou de outra, mas de todos. A nós, jornalistas, pesquisadores, cabe alargar cada vez mais nossa visão de mundo, amplificar e compartilhar cada vez mais nossas reflexões.

REFERÊNCIAS

BOND, F. Fraser. **Introdução ao jornalismo**. 2ed. Trad. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1993.

CHERRY, Colin. **A comunicação humana**. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1981.

DALAI LAMA. **Uma ética para o novo milênio**. 6 ed. Trad. Maira Luiz Newlands. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DINES, Alberto. **O papel do jornal e a profissão de jornalista**. 9ed. São Paulo: Summus, 2009.

FOULCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

GRECO, Milton. **Interdisciplinaridade e revolução do cérebro**. 2ed. São Paulo: Pancast, 1994.

KANT, Immanuel. **Resposta a pergunta: Que é esclarecimento?** Textos Seletos. 3ed. Trad. Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2010.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. 2ed. Trad. Wladir Dupont. São Paulo: Geração, 2004.



LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1985.

MEDINA, Cremilda; LEANDRO, Paulo Roberto. **A arte de tecer o presente**. São Paulo: Media, 1973.

MEDINA, Cremilda. **Deficit de abrangência nas narrativas da contemporaneidade**. São Paulo: Revista Matrizes, Ano 2 – nº 1 segundo semestre de 2008.

MOREIRA, Alberto. O projeto humano na modernidade. In: MEDINA, C. e GRECO, M. **Do hemisfério sol – O discurso fragmentalista da ciência – Novo pacto da ciência 2**. São Paulo: ECA/CJE/CNPq, 1993.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MORIN, Edgar. Ética do sujeito responsável. In CARVALHO, Edgard de Assis et alli. **Ética, solidariedade e complexidade**. São Paulo. Palas Athena, 1998.

PULEDDA, Salvatore. **Interpretaciones del humanismo**. Do original *Interpretazioni dell'Umanesimo*, Multimage, 1999. ISBN 8886762135. Trad. Mónica B. Brocco. Disponível em: <http://loshumanistas.cl/InterpretacionesDelHumanismo.htm> , acesso em 10 maio 2011.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

VYGOTSKY, LS. **Pensamento e linguagem**. 3ed. Trad. Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Reportagens:

COSTA, Otávio. Amazônia a soberania está em xeque. **Revista Istoé**. São Paulo. Ed. 2012, 28 mai. 2008. Disponível em http://www.istoe.com.br/reportagens/4261_AMAZONIA+A+SOBERANIA+ESTA+EM+XEQUE?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage , acesso em 4 julho 2011.

BRUM, Eliane. Uma família no governo Lula. **Revista Época**. São Paulo. Ed. Globo. Ed. 659, 29 dez. 2010. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI198855-15223.00-UMA+FAMILIA+NO+GOVERNO+LULA.html> , acesso em 21 maio 2011.

EDWARD, José. *Made in Paraguai*. **Revista Veja**, Ed. Abril, São Paulo. Ed. 1999, 14 mar. 2007. Disponível em http://veja.abril.com.br/140307/p_056.shtml , acesso em 2 julho 2011.

MAGNO, Ana Beatriz. Rua do amor, Hotel das delícias. Encontros rápidos no Dergo. **Correio Braziliense**. Caderno especial Filhos da Mãe. Brasília, 31 ago. 2005.

Diário Catarinense. Reunião entre governo e professores da rede estadual termina sem acordo em Florianópolis. Florianópolis. Caderno de Educação, 23 mai. 2011. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18§ion=Geral&newsID=a3320917.xml> . Acesso em 15 junho 2011.

Diário Catarinense. Governo apresenta medida provisória para os professores nesta segunda em Florianópolis. Florianópolis. Caderno de Educação, 23 mai. 2011. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18§ion=Geral&newsID=a3320642.htm> . Acesso em 15 junho 2011.

Diário Catarinense. Governo de SC propõe pagar piso a magistério em desacordo com decisão do STF. Florianópolis. Caderno de Educação, 10 mai. 2011. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18§ion=Geral&newsID=a3306168.htm> . Acesso em 15 junho 2011.

Clicrbs. Piso nacional de professores terá impacto de R\$ 1,8 bilhão. Florianópolis. Educação, 7 abr. 2011. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18§ion=Geral&newsID=a3267104.htm> . Acesso em 15 junho 2011.